

**O Novo PNE (PL nº
2.614/2024): Oportunidades e
Desafios para as Gestões
Municipais de Educação**

Djalma Bàrros
Presidente UNDIME AL



Introdução – O Contexto do Novo PNE

Este PL não é apenas um documento; ele é a **nova bússola** que orientará nossas ações nos próximos 10 anos. Para nós, gestores municipais, que estamos na linha de frente da educação básica, entender suas diretrizes, metas e estratégias é fundamental para transformarmos desafios em oportunidades.

Nosso foco hoje será analisar os **impactos diretos e indiretos** sob o olhar da UNDIME desse novo PNE para as nossas gestões de educação, compreendendo tanto os potenciais avanços quanto os pontos que exigirão nossa atenção e ação estratégica.



Os Prós – Oportunidades e Benefícios para Nossas Redes

O novo PNE traz uma série de elementos que podem impulsionar significativamente a qualidade e a equidade da educação em nossos municípios:



Foco Aprimorado em Qualidade e Equidade

- O PL demonstra uma **ênfase muito maior na qualidade educacional**, com a inclusão de metas que quantificam a aprendizagem adequada em diversas etapas, desde a Educação Infantil até a Formação de Professores. Isso nos dá **indicadores mais claros** para o planejamento pedagógico.
- Há uma inovação crucial: **quatro metas específicas para a redução de desigualdades** entre diferentes grupos sociais e raciais na Educação Básica, consolidando a equidade como um princípio norteador fundamental. É um convite à ação para uma educação verdadeiramente inclusiva.
- Um **olhar específico para as modalidades de ensino** como Educação Indígena, do Campo, Quilombola, Educação Especial e EJA, nos direciona recursos e estratégias para atender às especificidades de nossos estudantes mais vulneráveis.



Potencial de Fortalecimento do Financiamento

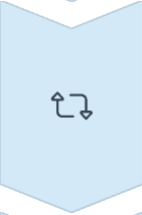
- O PNE propõe um **aumento ambicioso do investimento público em educação**, com a meta de alcançar 7% do PIB até o sexto ano e 10% até o final do decênio. Essa expansão orçamentária é vital para a saúde financeira de nossas redes.
- A busca pelo **Custo Aluno Qualidade (CAQ)** como balizador financeiro é uma ferramenta poderosa para **equalizar a capacidade de financiamento** entre os entes federativos, garantindo um padrão mínimo de qualidade para todos os municípios, independentemente de sua arrecadação.
- O aperfeiçoamento do **Fundeb** visa aumentar sua efetividade na redução das desigualdades de financiamento, beneficiando diretamente as redes municipais mais vulneráveis.



Reforço ao Regime de Colaboração

O PL formaliza a **pactuação federativa** como um motor para a coordenação e implementação das estratégias. Isso fortalece o **regime de colaboração**, permitindo um ambiente de maior diálogo e suporte entre União, Estados e Municípios.

A criação de **instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação** nos oferece canais formais para discutir nossas necessidades e garantir que nossas vozes sejam ouvidas na formulação de políticas.



Flexibilidade e Revisibilidade das Metas

Uma inovação muito bem-vinda é a **possibilidade de revisão das metas em cinco anos**, com base em insumos técnicos do Inep. Essa flexibilidade é crucial para que possamos ajustar nosso planejamento diante das realidades dinâmicas e imprevisíveis de cada município.



Apoio Técnico e Valorização Profissional

O plano prevê o **fortalecimento da capacidade técnica e administrativa** das Secretarias de Educação municipais, oferecendo apoio pedagógico e de gestão. Para muitos de nós, isso é um recurso inestimável.

Há um compromisso claro com a **valorização e qualificação dos profissionais da educação**, com metas para formação superior, equiparação salarial, planos de carreira e vínculo estável por concurso público. Um corpo docente valorizado é a base da educação de qualidade.



Os Contrastes e Desafios – Pontos de Atenção e Ação

Apesar dos avanços, a implementação do novo PNE não virá sem obstáculos. Precisamos estar cientes dos desafios para podermos mitigá-los de forma eficaz:



Prazos Apertados para o Planejamento Municipal

O PL exige que elaboremos ou adequemos nossos Planos Municipais de Educação (PME) em **apenas um ano** após a publicação da Lei. A UNDIME Alagoas já levanta a questão: "**O prazo de um ano será suficiente?**" para um processo que exige ampla participação social e análise de dados.

Ainda mais preocupante é o prazo de 360 dias para aprovação dos planos e 180 dias para produção de projeções, sem a garantia de **acesso a dados desagregados por município**, essenciais para um planejamento realista. Isso pode gerar planos genéricos, desconectados da nossa realidade local.



Risco na Vinculação CAQ e Qualidade

Uma preocupação central é que a "**definição do padrão nacional de qualidade tenha sido desvinculada do CAQ**". Isso pode significar que seremos cobrados por um padrão de qualidade sem a garantia de que o financiamento será suficiente para alcançá-lo, criando um **déficit financeiro** para nossos orçamentos.

A vinculação entre repasse financeiro e resultados de aprendizagem também precisa ser avaliada com cautela. Podemos enfrentar o risco de cortes de repasse baseados em resultados pedagógicos, sem considerar os complexos fatores externos que influenciam a aprendizagem em nossos territórios.



Lacunas na Operacionalização do Regime de Colaboração

Embora o PL fale em colaboração, a UNDIME aponta a necessidade de **maior clareza sobre como esse regime será fortalecido na prática**, sugerindo a instituição de comissões bipartites e tripartites de governança. Sem essa clareza, a colaboração pode ficar apenas no papel.



Atraso na Instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE)

É preocupante que estejamos discutindo o terceiro PNE sem o **Sistema Nacional de Educação (SNE)** instituído, com previsão de sua publicação apenas em dois anos. O SNE é a **espinha dorsal** para articular e coordenar os sistemas de ensino, e sua ausência contínua pode comprometer a efetividade de todas as metas do PNE em nossos municípios.

Outros Desafios Importantes

- Existe uma clara necessidade de **apoio e orientação contínua** aos municípios para o monitoramento e avaliação dos PMEs atuais e para a discussão dos novos.
- A UNDIME enfatiza que os **dados nacionais precisam ser desagregados por município** para que possamos tomar decisões informadas.
- As metas de universalização da educação infantil e de ampliação do tempo integral exigirão **investimentos massivos em construção e reestruturação** de unidades escolares.

Conclusão – O Caminho à Frente

O PL nº 2.614/2024, que nos traz o novo PNE, é um documento de enorme importância. Ele nos apresenta uma visão ambiciosa e progressista para a educação, focada na qualidade, equidade e valorização.

Oportunidades Claras

Melhorias pedagógicas, de financiamento e de governança que podem transformar positivamente nossas redes municipais de educação.

Financiamento Estável

Garantia de um fluxo adequado e estável de financiamento por parte da União e dos Estados.



Desafios Reais

Prazos apertados, garantias de financiamento e necessidade de suporte técnico e colaborativo mais robusto que precisaremos enfrentar.

Gestão Estratégica

A efetivação desse plano dependerá crucialmente da nossa capacidade de gestão e articulação federativa.

É um plano que exige uma **sinergia federativa sem precedentes**. Precisamos estar engajados, cobrando e colaborando para que as metas e estratégias se traduzam em uma educação pública de qualidade para cada criança, cada jovem e cada adulto em nossos municípios.